

O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação

Luiz Fernando de Almeida

.....

No conjunto das obras de arquitetura que herdamos do passado, destacam-se, por seus valores histórico e artístico, as fortificações. Em primeiro lugar porque o forte era um marco avançado da conquista do território, precedendo, na maioria das vezes, o assentamento definitivo dos colonizadores. A construção de instalações defensivas constituía uma das primeiras tarefas dos enviados do governo português para missões de colonização.¹

Até a primeira década do século XX, obras de defesa foram construídas em todo o território brasileiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, da costa leste ao extremo ocidental, em posições ditadas pela estratégia político-militar de conquista, expansão e manutenção do domínio territorial.

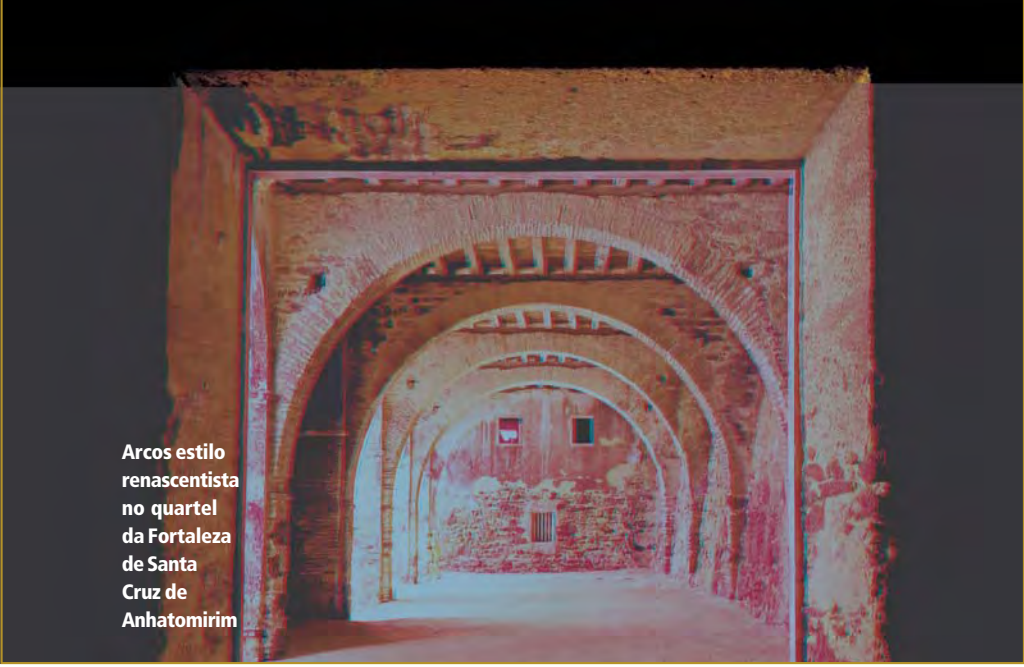
Inicialmente, os inimigos internos eram os nativos, e os externos, países concorrentes na colonização do Novo Mundo: franceses e holandeses, nos dois primeiros séculos e espanhóis, no século XVIII. Redutos, baterias, fortins, fortes e fortalezas, destinados a garantir o domínio e proteger os povoados, foram sendo construídos por toda a costa, instalados nas baías, nas barras dos rios, em promontórios e ilhas. Depois, já no terceiro século, adentraram o território, com postos avançados na expansão da coroa portuguesa além Tordes-



FOTO: EDUARDO BORRBA

ilhas, às custas de freqüentes embates com os espanhóis. Mais tarde, já no Império, definido o contorno ocidental, renovam-se as estruturas defensivas costeiras. Finalmente, na Primeira República, termina o ciclo de construções fortificadas com as obras de modernização da defesa da Baía de Guanabara.

O segundo aspecto que singulariza essa arquitetura e explica seu reconhecimento como obra de arte reside na especificidade de suas características construtivas e, conseqüentemente, de sua linguagem plástica. Trata-se de uma arquitetura cujo repertório formal contém exclusivos elementos arquitetônicos, tais como seu fechamento com muralhas, a contraposição das saliências em ângulo agudo dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas, o ritmo de composição ditado pelas canhoneiras, a referência ao desenho urbano por meio da disposição dos



Arcos estilo renascentista no quartel da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim

FOTO: EDUARDO LYRA

teorias e práticas passadas. Mesmo situadas em locais estratégicos, por não atender mais sua arquitetura a exigências completamente diversas daquelas que nortearam sua construção, são deixadas de lado e se arruinam. Exemplo notável é a Fortaleza do Príncipe da Beira, em Rondônia. Continua a presença do Exército, pela importância estratégica do local, mas o quartel é instalado fora

edifícios (quartéis) em torno das praças (terraplenos) etc. Embora componentes, em sua origem, meramente utilitários, concebidos para atendimento exclusivo aos ditames de sua funcionalidade, passaram a se constituir em um diferencial, por pertencerem a um conjunto espacial e formal inexistente nas demais famílias arquitetônicas. Especificidade que justifica o fato de que a maioria dos exemplares tombados seja reconhecida não só como documentos históricos mas também como obras de arte.

Um terceiro aspecto que explica sua importância como bens patrimoniais reside no fato de se constituir a fortificação uma família arquitetônica extinta, datando de 1914 seu último exemplar – o Forte de Copacabana. Com a evolução dos recursos bélicos, notadamente da artilharia, cidadelas, fortes, fortins e fortalezas perdem sua função militar, transformando-se em testemunhos de


de suas muralhas por não oferecer o recinto fortificado condições para abrigar a unidade militar.²

Assinaladas em mapas, registradas em ordens régias, descritas em relatórios de vistoria, desenhadas em plantas, cortes e alçados, legaram essas obras um amplo manancial textual, cartográfico e iconográfico guardado em arquivos portugueses e brasileiros.³

Com base nesses registros, Deocleciano Azambuja, pesquisador de História Militar, já falecido, registrou em trabalho inédito perto de trezentas obras de defesa erguidas até o final do século XIX, das quais, porém, mais da metade já desapareceu.⁴ Do que restou, 44 são bens culturais tombados como patrimônio histórico e artístico nacional.

O reconhecimento da importância da arquitetura militar como patrimônio cultural da Nação está implícito na ação federal de preservação

desde os primeiros arrolamentos do acervo a proteger. Em seguida à assinatura, a 30 de novembro de 1937, do Decreto Lei 25, a direção do antigo Sphan, com o apoio de um seleto grupo de colaboradores regionais, dá início a identificação dos bens representativos da identidade nacional. Esse primeiro levantamento do patrimônio cultural re-



Face externa da casamata do Forte de Copacabana



Guarita da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim

FOTO: EDUARDO LYRA

ções ostensivamente reclusas, em que a separação entre os espaços interno e externo é explícita e inconfundivelmente expressa por muralhas, fossos, trincheiras e portões. Mesmo nos fortes urbanos, erguidos para defender a cidade, a ela não se integram, contrapondo-se como sítios independentes.

Do conjunto tombado, uma minoria mantém até hoje suas funções militares, ou seja, abri-

sulta em um grande número de tombamentos efetuados nos primeiros meses do ano seguinte. De arquitetura militar são registrados em maio de 1938, nos Livros do Tombo Histórico e no de Belas Artes, um total de 24 fortificações, localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país.⁵ Os outros 20 bens dessa natureza serão tombados mais espaçadamente, na medida em que se ampliar o conhecimento e o registro dos bens edificados de natureza militar.⁶

Ao tombamento desses bens seguiram-se esforços para sua preservação. Com a perda da função bélica de um lado e a redução dos recursos militares do outro, os antigos fortes – a maioria administrada pelo Exército –, além de obsoletos como arma, tornaram-se espaços ociosos e de custosa manutenção.

Desativados como praças de guerra, os fortes passaram a depender, para sua preservação, de sua conversão para novos usos. Entretanto as dificuldades para uma reutilização começam pela natureza de sua arquitetura caracterizada pelo fechamento em relação ao meio exterior. Como herdeiras dos castelos medievais, as fortificações são constru-

gam unidades do Exército, como os fortes de São Diogo e São Pedro na Bahia. Outros foram convertidos em museus históricos, como o de São José, em Macapá, o de Cinco Pontas, em Recife, o de Santana, em Florianópolis, e os fortes de Santo Antônio e o de Monte Serrat, na Bahia. Em alguns fortes houve uma cessão de uso a instituições públicas, como ocorreu com a cessão das fortalezas catarinenses à Universidade Federal de Santa Catarina: a de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio, que eram da Marinha, e a de São José da Ponta Grossa, que pertencia ao Exército. Em muitos casos, o Instituto do



Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – viu-se na obrigação de empreender obras de estabilização e de restauração para evitar o arruinamento de fortes tombados. O Iphan foi também obrigado a assumir a administração de fortificações desativadas, como o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, em Paraty (RJ), e o de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR).

Por outro lado, a implantação em locais estratégicos correspondeu à incidência dos fortes em locais privilegiados do ponto de vista paisagístico. Observe-se que, no universo reconhecido até hoje como patrimônio histórico e artístico nacional, entre as 44 fortificações tombadas, 36 exemplares (88%) situam-se em pontos elevados, em colinas e promontórios dominando baías, em pequenas ilhas ou à beira de rios de fronteira.

A excepcionalidade dos locais de implantação do ponto de vista paisagístico e o desenvolvimento do turismo vieram trazer alternativas novas de utilização. Nesse sentido, o próprio Exército tomou medidas de abertura à visitação em diversos fortes, como foi o caso da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, Rio de Janeiro.

Na medida em que fortificações foram sendo adaptadas a usos de interesse turístico, foi-se revelando seu extraordinário potencial interpretativo. Tratado no contexto de sua implantação regional, sugere o tema diversos filões, como os motivos históricos que determinaram sua existência, as dificuldades enfrentadas para

sua construção, a convivência de seus primeiros moradores com a população indígena, o cotidiano da soldadesca, a relação das guarnições e os habitantes das comunidades do entorno, os episódios aos quais serviu de palco etc.

Embora se constate no Brasil a ausência de experiências exemplares de adaptação ao uso cultural e turístico de fortificações, é possível crer na perspectiva de uma melhoria substancial na qualidade das intervenções, tendo em vista a tomada de consciência, por parte das autoridades militares, do potencial de conversão dos fortes a novos usos. Note-se que os bons exemplos no exterior, como a reciclagem em Portugal de castelos, mosteiros e conventos ociosos para usos turísticos, são uma experiência que começou há 70 anos.⁷

O Iphan tem continuamente aplicado recursos para a conservação e a restauração do patrimônio de origem militar. Verifica-se um aumento significativo da apresentação de projetos para financiamento por meio da lei do mecenato. Com a ampliação do uso cultural e do interesse turístico, a presença de patrocinadores privados tende a aumentar com boas perspectivas para a realização de projetos de restauração e adaptação de nossos antigos fortes.

Luiz Fernando de Almeida é presidente do Iphan e coordenador nacional do Programa Monumenta do Ministério da Cultura.

Notas

¹ No Regimento de 17 de dezembro de 1548, em que D. João III nomeia Tomé de Souza como primeiro governador-geral do Brasil, o monarca explicita a necessidade de fortificar o núcleo que se constituiria na primeira capital da Colônia: “...ordeney ora de mandar fazer huma fortaleza e povoação grande e forte na Baya de Todos os Santos por ser para yso o mais conveniente lugar que há nas ditas Terras do Brasil.”

² Segunda maior fortaleza do Brasil, perdendo em dimensões somente para a de São José de Macapá, não oferece as condições mínimas para um aquartelamento militar: sua porta de entrada não é suficientemente larga para a passagem de caminhões.

³ Em Portugal, no Arquivo Ultramarino e aqui, na Biblioteca Nacional, no Serviço Geográfico do Exército e no Centro de Documentação da Marinha.

⁴ AZAMBUJA, Deocleciano. *Evolução das Fortificações Brasileiras – do século XVI ao início do XX*. Texto datilografado. Fundação Nacional Pró-Memória / Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1984.

⁵ Incluem-se nessa relação não só fortificações íntegras como também remanescentes e ruínas, assim distribuídas: sete na Bahia, três na Paraíba, cinco em Pernambuco, quatro no Rio de Janeiro, quatro em Santa Catarina e uma no Paraná.

⁶ Nos estados do Amapá (1), Bahia (3), Pará (2), Pernambuco (2), Rio de Janeiro (4), Rondônia (1), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (2) e São Paulo (3).

⁷ Atualmente o Projeto Pousadas de Portugal, gerido pela Empresa Nacional de Turismo S.A. - ENATUR, administra um total de 17 monumentos nacionais e 28 de valor regional adaptados a funções de hotelaria.